
OS GRITOS DO CÁRCERE: RELATOS SOBRE AS OPRIMIDAS NA DITADURA ARGENTINA

Benedito Ubiratan de Sousa Pinheiro Júnior¹

Resumo: O presente texto tem como objetivo discutir sobre o feminino nas relações de poder no interior dos movimentos revolucionários e do cárcere, fazendo uma construção das diferenças existente entre os gêneros em situação de tortura. A carga conceitual que leva a palavra “mulher” neste âmbito as faz ter tratamento diferenciados e, por conseguinte uma construção narrativa diferenciada, discurso que se faz questionador desde o interior da militância onde várias mulheres reclamavam do tratamento que recebiam por parte dos companheiros de luta. Judith Butler concebe a diferença tácita entre o discurso e a materialidade do feminismo, desassociando do palpável o valor do gênero. A mulher enquanto construção social é violável, torturá-la significa fazê-la minúscula enquanto gênero, o estupro por vários homens era comum e esse ato satisfazia o desejo masculino de inferiorizar a mulher, tratá-la como objeto descartável e medíocre.

Palavras-chave: Gênero, Cárcere, Dispositivo de Controle, Ditadura militar argentina.

Resumen: El texto que sigue tiene como objetivo discutir sobre el feminismo en las relaciones de poder en el interior de los movimientos revolucionarios y de Cárceles, construyendo las diferencias entre géneros en estado de tortura. La fuerza que carga la palabra “mujer” en esta situación las hace tener un tratamiento distinto y, por consiguiente, una construcción narrativa distinta, discurso que se hace cuestionador desde el interior de la militancia donde diversas mujeres reclamaban del tratamiento que recibían por parte de los compañeros de lucha. Judith Butler concibe la diferencia tácita entre el discurso y la materialidad del feminismo, despegando de lo palpable el valor de género. La mujer en cuanto construcción social es frágil, torturarla significa hacerla minúscula como género, la violación por diversos hombres era común y esos hechos satisfacían el deseo masculino de disminuir la mujer, tratarla como objeto desechable y mediocre.

Palabras Clave: Género, Cárcel, Dispositivos de Control, Dictadura Militar Argentina.

¹ Professor da Faculdade de Ciências da Linguagem – Universidade Federal do Pará. E-mail: birajr_78@yahoo.com.br

Nas décadas de 60 e 70, a Argentina passou por grandes transformações políticas e sociais. No período denominado de Revolução argentina surge movimentos políticos e organizações armadas que pedem por mudanças. Entre os mais importantes grupos estão o ERP (Ejército Revolucionário del Pueblo) e os Montoneros, formados com a intenção de enfrentar um governo ditatorial.

O golpe de 1976 não é simplesmente um elo a mais na cadeia de intervenções militares que se iniciou em 1930. A crise inédita que o emoldurou deu lugar a um regime messiânico inédito, que pretendeu produzir mudanças irreversíveis na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura e na estrutura social, partidária e sindical, atuando em face de uma sociedade que diferentemente de episódios anteriores, se apresentou enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa, frente ao fervor castrense. Visto à distância, o golpe inaugurou um tempo que, mais do que tudo por sua enorme força destrutiva, e apesar do fracasso de boa parte das “tarefas programáticas” que o regime se auto-atribuiu, transformaria pela raiz a sociedade o Estado e a política na Argentina (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 26).

Até os dias atuais essa ferida segue incomodando, e os diversos casos de violação dos direitos humanos continuam sendo jugado e seus executores condenados. Nas últimas décadas diversos testemunhos serviram como provas das torturas realizadas pelos grupos militares e por civis que atuavam a mando do governo, obras como as de Alejandra Oberti (2015), Leila Guerreiro (2016) e Ana Mariani (2012) evidenciam os discursos de torturadores e torturados e apresentam ainda o cenário interno dos centros de detenção, como o conhecido por D2 na cidade de Córdoba, e campo de concentração localizado nesta mesma cidade denominado por “La Perla”. As alegações dadas pelo governo de controle social e ordem fizeram com que diversos grupos, militares ou não, usassem a força para reprimir os grupos opositores, os ditos comunistas eram capturados, levados e torturados nestes lugares onde o braço armado do estado agia sem qualquer resistência, pois no período de ditaduras o estado de direito é contestado e o “que resta é somente um excesso de aplicação inconsciente e materialmente opressivo, sem qualquer referência à norma” (NASCIMENTO, 2012, p. 114).

O estado exceção então se constrói a partir do furto de direitos com a escusa de se estabelecer a ordem social, dando ao governante poderes que se sobrepõem as leis tornando legal as violações impostas pelo poder de comando, neste sentindo observa-se a legalidade do que judicialmente se concebe como arbitrário. Segundo Giorgio Agamben (2004) a dicotomia entre o político e o jurídico no estado de exceção o faz difícil de conceituar, já que segundo este autor, a situação de exceção se dá no plano político e se origina de uma crise política, no entanto, se efetua no plano jurídico, fazendo que as leis que regem a sociedade possam ser sobrepostas pelo poder soberano, dando legalidade ao que se conhece como arbitrário. Para Foucault o soberano se apresenta capaz de restaurar a ordem, para isso, lhe é dado total poder sobre seus súditos e “um dos privilégios característicos do poder soberano foi o direito de vida e morte” (NASCIMENTO, 2012, p.170), e assim lhe é outorgada a

anulação de um grupo para a preservação do outro, ou mesmo para que a “liberdade” seja resguardada.

... O poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida. O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. (FOUCAULT, 1988, p.129)

A ação incongruente à normalidade, que o estado de exceção apresenta, é definida pelo poder do soberano, sendo dada a ele a autoridade de decidir o que pode ser feito, ou até que ponto as leis jurídicas podem ser infringidas, e neste caso a “aplicação divorcia-se da norma” (NASCIMENTO, 2012, p.114). Essa anomia encontrada no estado de exceção se apoia na necessidade de criar suas próprias regras em prol do bem do grupo social. Segundo Agamben,

por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito (AGAMBEN, 2004, p. 12).

Neste caso se justifica o poder, a opressão e a suspensão de direitos em prol do bem comum incutido nos discursos do bem viver, ou seja, para que se possa usufruir da legalidade é necessário entender as infrações do opressor às leis do Estado de Direito, as inúmeras diretrizes que fazem parte dos direitos fundamentais de qualquer cidadão podem ser infringidas como justificativa de alcançar o bem de toda a sociedade.

Como indivíduos membros de um grupo social, é necessário que obedeçamos às regras de conduta que nos são impostas desde o nascimento com registros e documentos, pois assim passamos a pertencer a um território e uma nação. Essa complexa teia de relações do visível, e também do impercebível, compõem o que este autor denomina como “Dispositivos”, conceitos que aparece nas palestras de Foucault e que tempos depois passa a ser citado por Agamben da seguinte forma.

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão de poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura,

a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos ... (AGAMBEN, 2005, p. 13)

As práticas e discursos visam, por parte do governo, disciplinar o sujeito convertendo-o em corpo dócil, e assim apresentá-lo à “liberdade” regida pelas regras de conduta social, “o dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivação, e só enquanto tal é uma máquina de governo” (AGAMBEN, 2005). Essa máquina que através dos discursos conseguem interagir com o ser biológico, influenciando os indivíduos diretamente ao ponto de fazê-los crer que as propostas impostas se apresentarão para contribuir na harmonia social.

A concatenação do biológico e político é conceituada por Roberto Espósito como *Biopolítica*, para este estudioso o valor político de comunidade deve ser apresentado com o fim de proteger e resguardar os direitos dos indivíduos aos fundamentos básicos de bem-estar social. Para Foucault o controle ao corpo, os controles de natalidade as definições de quais indivíduos podem ou não serem essenciais à comunidade forma o conceito de *Biopolítica* e segundo este autor,

... por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica de ser vivo e com suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, como todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *contrôles reguladores: uma bio-política da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (FOUCAULT, 1988, p. 131)

Considerando que a sociedade reivindica à mulher um padrão de comportamento, pode-se afirmar então que ela também tem seu corpo enquadrado a um processo mais específico, a “docilidade do gênero”, onde as mulheres precisam ser dóceis para pertencerem a um estereótipo social aceitável. Cito então Judith Butler quando nos traz essa medicalização dos corpos femininos, cuja composição inicia sua trajetória de Mulher na sociedade, a princípio a menstruação lhe dá possibilidades de engravidar e exercer seu valor materno, fazendo-a apta a se enquadrar no grupo social, e finalmente a menopausa que marca a inoperância deste corpo para a sociedade, segundo esta autora.

Considerando o fardo dos “problemas de mulher”, essa configuração histórica de uma indisposição feminina sem nome, que mal disfarça a noção de que ser mulher é uma indisposição natural. Por mais séria que seja a medicalização dos corpos das mulheres, o termo também é risível, e rir de categorias sérias é indispensável para o feminismo. Sem dúvida, o feminismo continua a exigir formas próprias de seriedade (BUTLER, 2003, p. 08).

Fica explícito os controles reguladores mencionados por Foucault quando voltamos nossos olhos às mulheres. Os dispositivos de controle a ELAS direcionados se não são expostos de formas claras aparecem mascarados em argumentos que direcionam o aspecto feminino à subjugação do homem, já que, a sociedade obedece a regras falocêntricas nem sempre claras, mas presentes. Em verdade as definições de gênero são bem delimitadas desde o nascimento. Cores, posturas, linguagem são fatores demarcadores do que se concebe como homem e mulher, discordar dessas regras é romper com o que se acredita ser a normalidade, e o sujeito passa a ser anômalo no grupo a que pertence. Para interromper essa distorção é necessário criar-se conceitos que comprovem o “mau” comportamento e assim poder criar regras de contenção e correção. A família é facilmente usada para fundamentar atitudes por parte do governo usando sempre o discurso de que a mesma em seu modelo tradicional não pode ser destruída, sendo necessárias atitudes, às vezes arbitrárias, que possam resguardar tal instituição.

A desqualificação do valor feminino incutido nas relações sociais em prol dos valores da “família” se apresenta também nos movimentos revolucionários que tinham como fundamento a não opressão, embora se apresente uma reforma ideológica, uma mudança de conduta social em valor dos menos favorecidos, quando se tratava das mulheres e suas lutas, as vozes voltavam a ser misóginas, pois nas linhas de frente da militância elas pouco apareciam, com a escusa de serem facilmente levadas a delatar seus companheiros. Segundo Michel Foucault o controle e a intencionalidade no discurso aparece como forma de contenção, ou mesmo de divulgação das desqualificações da mulher em estar nas decisões políticas, para este autor.

... em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2013, p.08)

Discursos machistas destacam-se nas fileiras militares a fim de estabelecer o poder de seus comandantes e a organização social descrita como corretamente aceitável. Em oposição a este discurso as mulheres que pertenciam aos movimentos contrários a esse formato de sociedade tentavam mostrar que havia um padrão que desconstruía o imposto pela classe tradicional burguesa, portanto o desafio do pensamento revolucionário baseava-se em produzir perturbação ou uma transgressão nas estruturas sociais e principalmente nas tradições de comando dos setores público e privado, produzindo pensamento crítico sobre essas esferas (OBERTI, 2015). Como militantes as lutas continuavam sendo travadas por respeito e contra a misoginia velada, todavia as falas feministas ganhavam solidez com o respaldo do valor revolucionário e o arquétipo da mulher submissa era desconstruído, dando lugar ao valor que lhes era oferecido, o de combatentes. Embora essa luta tenha desfrutado de diversas conquistas estava longe de ser o ideal e as mulheres facilmente se encontravam subjugadas novamente sob discurso machista de seus companheiros de revolta.

Ninguna organización revolucionaria en el mundo entero ha podido realizar ese ideal (el de la igualdad de género dentro de la organización), no podía ser de otro modo en la medida en que por más revolucionario que sea una organización está enmarcada en una sociedad cuyas reglas de comportamiento han sido establecidas bajo dictámenes de tipo machista y patriarcal. (DIANA 1997, p. 395)

O contexto em que se luta por direitos sociais camufla-se à exceção de outro, que facilmente se mostra aceito, que por conta de sua condição cultural difusa passa despercebido até mesmo pelas militantes envolvidas, pois, “a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não existia”. (BUTLER 2003, p. 18) Para Bourdieu, as formas de tratamento apresentadas pela sociedade às mulheres, muitas vezes disfarçados, as coíbiam de lutar em qualquer esfera que fosse dada sua condição imposta pelo varão.

É, sem dúvida, no encontro com as “expectativas objetivas” que estão inscritas, sobre tudo implicitamente, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as disposições ditas “femininas”, inculcadas pela família e por toda ordem social, podem se realizar, ou mesmo se expandir, e se ver, no mesmo ato, recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem. (BOURDIEU 2014, p. 72)

Os relatos apresentados neste texto refletem a luta que as militantes travavam no interior de seus grupos, conflitos sofridos no interior dos lares perpassavam às outras esferas sociais. Buscar seu lugar na luta era uma constante, visto que facilmente estavam diante de discursos que lhes tentavam fragilizar socialmente. A luta que começa na militância em busca da aceitação de gênero e que viria a perpassar para o interior do cárcere está descrita nas narrativas de testemunhos das mulheres que tiveram suas vidas envolvidas na luta contra o sistema opressor da ditadura argentina e foram detidas e torturadas no campo de concentração “La Perla” e D2. Esses relatos foram silenciados por vários anos até que o governo argentino, pressionado por diversas publicações, como as das obras citadas neste texto, começasse a rever os casos de torturas e desaparecimentos nesse período, dentre eles as mulheres que tiveram seus corpos violados e seu testemunho pouco manifestado. Os desconfortos encontrados nos vários âmbitos sociais eram também vistos na militância e posteriormente no cárcere, fazendo com a luta de gênero se tornasse uma constante para as mulheres.

Ao ingressar nos grupos revolucionários o militante recebia normas de comportamento, as famílias precisavam seguir alguns quesitos que os resguardavam de uma possível captura pela polícia e os grupos clandestinos de repressão. Essas condutas delimitavam as ações de mulheres e homens fazendo-os atuarem de forma diferenciada tanto dentro como fora da militância.

ejemplo y paradigma de esto es el Manual de instrucciones de las milicias montoneras, (MIMM) un documento con el cual se buscaba formar cuadros homogeneizando la línea político-ideológica y a la vez mejorar la capacitación en aspectos militares, cuya edición original es del año 1975 (OBERTI, 2015, p. 49)

O que se observa neste caso é a mudança na comunidade, no entanto, os dispositivos de controles continuam atuando, as delimitações do gênero continuam presentes no grupo. A presença da mulher nos grupos revolucionários tinha um objetivo ainda mais específico, elas eram necessárias por terem poder de influência maior no seio familiar, eram capazes de convencer e arrebanhar jovens à militância (OBERTI 2015). Oberti relata que a luta por direitos das mulheres dificilmente estava nas pautas de reivindicações, havendo uma luta onde elas eram protagonistas e necessárias, mas com pouco direcionamento para as condições destas na sociedade. Mesmo a Argentina tendo um histórico de lutas pelos direitos das mulheres com a figura de Eva Perón e posteriormente com a criação do movimento “La agrupación Evita”, uma ramificação do movimento peronista, em Córdoba (recorte histórico deste texto) o que se relata ainda é a desigualdade de gênero no interior dos movimentos de resistência, principalmente nos discursos e manuais.

A luta feminina segue seu curso ultrapassando vários obstáculos principalmente os impostos pelos discursos misóginos dos militares, no interior do cárcere este confronto se apresenta de forma mais brutal, como é comum neste ambiente, as mulheres passam a ser violadas normalmente e a exposição do corpo se torna uma ferramenta de desmoralização do ser humano, uma vez que para elas, muito mais que para o homem, o pudor tem uma representação maior. Neste ambiente em que o valor ao que se tem como vida se perde, apresenta-se o que Agamben denominou de vida nua, “onde o espaço da vida nua se caracteriza especialmente por impossibilitar as distinções e os limites que haviam viabilizado a vida comum” (NASCIMENTO, 2012, p.175). Agamben utiliza os conceitos da filosofia para fazer um paralelo entre a vida comum a todos os seres vivos chamado de zoé e a específica aos seres humanos denominada de Bio, junto a esses conceitos estabeleceu o valor das palavras Vida Nua que se embasa na ausência desses direitos básicos do indivíduo.

As atitudes dos opressores despojavam às mulheres da vida em seu sentido mais simples. Colocadas em um espaço sem roupa e vendadas elas iam perdendo sua identidade, pois sabiam que os militares que ali se encontravam as viam daquela forma. Os presos neste ambiente eram diariamente levados às seções de torturas e por isso não sabiam quais iriam ser torturados ou mortos, o sentimento de não seguir vivendo no dia seguinte era constante, essa situação nos faz entender o que o próprio Agamben chamou de vida matável, isto é, a vida perde seu valor no estado exceção, e com isso, “afirma-se a Biopolítica, como estado de direito e proteção da vida humana; posteriormente, confunde-se a linha que assinala o ponto de decisão entre o fazer viver e o fazer morrer” (NASCIMENTO, 2012, p.176). Nos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração fica clara essa ausência de perspectiva do viver, o valor humano passa a ser inalcançável e o que resta é somente a luta em sobreviver um dia mais.

Os testemunhos usados neste texto são extraídos do livro “La Perla”, que durante a ditadura argentina serviu como centro de tortura e desaparecimento de diversos integrantes

dos grupos opositores ao governo. Inicialmente o prédio foi construído para abrigar as seções administrativas do governo, tendo sua construção finalizada no ano de 1975. Somente após o golpe de 1976 essas instalações passaram a ser usada para prisão e tortura de presos políticos (MARIANI, 2012).

A obra analisada leva o mesmo nome do campo de concentração, e fez parte do esforço de dois jornalistas argentinos em divulgar as atrocidades vividas na época da ditadura militar. Serão apresentados os relatos das mulheres que estiveram neste centro, suas torturas e as denúncias de vários desaparecidos, provavelmente mortos, que não tiveram seus corpos encontrados.

Os relatos apresentados aqui terão como objetivo concatenar a luta das mulheres desde o seio familiar até este estágio de cárcere, como foi apresentado em todo o texto. O que se constata nos testemunhos são violações ao feminino, os discursos ferem diretamente à mulher e não somente a suposta subversora. Como se nota no texto a seguir.

Mirta Iriondo, “Tina” Meschiati y Liliana Callizo fueron testigos de cuando Verguez tomó de la cara a Elmina y la empujó contra la pared susurrándole: “Que linda que estás, Negrita, lástima que vamos a meterte la 220 en la vagina y vas a saber lo que es bueno”. La arrastró a la sala de torturas, donde le aplicaron la prometida picana. Acabada la sesión, la arrojaron en una colchoneta en la cuadra, donde permaneció alrededor de un mes. (MARIANI, 2012, p.273)

Observa-se neste fragmento que o torturador (Verguez) ressalta que a tortura será realizada na vagina da prisioneira, e demonstra seu sarcasmo ao associar a beleza de Elmina com o prazer que ela supostamente sentirá com a eletricidade em suas partes íntimas. Como foi dito anteriormente os presos ficavam em um lugar denominado “La cuadra”, se referiam a um grande pátio onde estavam vendados homens e mulheres, em alguns momentos, sem que fossem vistos se atreviam a subir os panos e assim conseguiam visualizar algumas pessoas sendo capazes de estabelecer o mínimo de convivência.

Despida de sua identidade feminina, alijada do seu sentimento maternal, a mulher neste contexto reflete o real valor da vida nua, o braço armado do estado autorizado pelo estado exceção, retira do sujeito todo o valor que lhe confere a comunidade como socialmente aceito. A mulher nua diante de seu torturador, a mãe arrancada de seu filho, deixado em meio a multidão, é a clara evidência do poder do estado de desumanizar o indivíduo, fazendo com que este se sinta completamente distante do grupo social que pertence.

As capturas eram feitas a qualquer momento e diversas vezes mulheres eram separadas de seus filhos, deixados em qualquer lugar, se as apreensões eram em casa, estes menores ficavam aos cuidados da família ou de algum vizinho, mas se eram nas ruas eles permaneciam perambulando pela cidade até que fossem encontrados. Mirta Iriondo descreve o sentimento da separação com o filho. “Me ataron las manos y me tiraron al piso del auto. No recuerdo cuánto viajé, es más, no conocían Buenos Aires, por lo cual no tenía idea de dónde podía estar. Lo más desesperante era no saber qué había sido de mi hijo” (MARIANI, 2012, p.268). Seu filho de um ano e oito meses foi deixado na esquina em que foi capturada,

durante vários meses não conseguia dormir pela culpa e os pesadelos com a criança. Ainda em seu testemunho Mirta descreve como foi tratada pelo carcereiro.

Recuerdo que tenía mucho frío y mucha sed. Se me acercó un custodio y me empezó a tocar. No sé qué arma tenía, me parece que era un FAL, y comenzó a metérmela en la vagina mientras me decía que él me iba a dar agua si yo le decía que me gustaba. Sentía que seguía entrando y saliendo gente, y en un momento ordenaron que me desataran. Como estaba desnuda, me alcanzaron una pollera, que me quedaba chica, y una camisa que tampoco me la podía prender. (MARIANI, 2012, p.269)

Com tudo as mulheres mesmo presas buscavam ajudar umas as outras para que pudessem, juntas resgatar o mínimo de valor humano, entre elas era comum receber das famílias utensílios para pudessem reaver a dignidade feminina, como vemos a seguir.

Un día, una de las chicas había conseguido una pincita de depilar y logramos convencerla a Elmina de que se dejara depilar las cejas. Recuerdo que ella no quería. Un día después fui al baño y cuando regresé estaba Mabel depilándole las cejas y le dije: “¡ah! Te dejaste depilar”. Ella me respondió: “Sí, porque así voy linda al pelotón de fusilamiento” (MARIANI, 2012, p.269).

A busca pelo resgate do valor feminino ia desde as coisas mais simples como retirar as sobrancelhas até a ajuda de todas do grupo para acalmar o coração de uma mãe que teve seu filho deixado na rua, arrancado do convívio materno ao nascer, pois se sabe que várias mulheres tiveram sua gestação finalizada em meio à situação de cárcere e seus filhos levados para a família ou desaparecidos, uma vez que para os médicos responsáveis pelos partos essas crianças nem deveriam vir ao mundo.

O que se observa no decorrer desta investigação é que a luta de gênero se faz presente nos vários processos sociais, desde o leito familiar até o cárcere, e ainda que na Argentina haja um histórico de lutas por direitos das mulheres, ainda há muito que ser modificado, e é graças aos testemunhos das sobreviventes e familiares dos desaparecidos que podemos mensurar, ou perceber que na penumbra das lutas políticas havia outra, que pouco se fala, e que quiçá, nem tenha sido percebida como tal, mas que entre as esposas, filhas, mães, militantes e prisioneiras era claro. Elas precisaram compor as fileiras de combate para que atualmente se entenda a guerra *sui generis* de todas as feministas que durante a história vem procurando mostrar ao mundo seu valor.

De certo, pôde-se contrapor o contexto de ditadura na Argentina com os discursos sobre dispositivos, visto que, eles apontam para as ações de controle que circunscrevem a opressão, em diversos elementos da sociedade que ora se apresenta exposto e ora se encontram velados sob a formação de uma sociedade que foi concebida machista e que quase sempre não é capaz de atentar-se para tais dispositivos de controle falocêntricos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Ed. São Paulo: Boitempo. São Paulo. 2004.

BUTLER, Judith P. – **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre, 1930 – 2002. **A dominação Masculina** – tradução Maria Helena Kühner. – 12ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 160p

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. Editora Loyola. São Paulo. 2013.

_____. **História da Sexualidade: A vontade de saber**, Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro. 1988

_____. **Os Anormais: Curso de Collège de France**. Tradução Eduardo Brandão. Ed. WMF Martins Fontes, São Paulo. 2010.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42 Ed. Petrópolis, Rj. Vozes, 2014.

MARIANI, Ana. **La Perla: Historia y testimonio de un Campo de Concentración**. 1ª Ed. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara. 2012.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do Fim da Experiência ao Fim do Jurídico: Percurso de Giorgio Agamben**. São Paulo. 2012.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

OBERTI, Alejandra. **Las Revolucionarias**. Ed. Edhasa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica Texto original** – Joan Scott – gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history, Columbia university press. 1989